

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.570.272 - SP (2019/0250991-4)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : ZULMAR JOSE ZUCCHI
ADVOGADOS : MARCELO HENRIQUE DA COSTA - SP127322
NORTON EMMEL MUHLBEIER - PR022720
AGRAVADO : CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BANCO MULTIPLO S/A
ADVOGADOS : MARCOS DE REZENDE ANDRADE JUNIOR - SP188846
ARTHUR CHEKMENIAN SPERNEGA - SP317289

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **AGRAVO E RECURSO ESPECIAL INTERPOSTOS SOB A ÉGIDE DO NCPC. EMBARGOS À EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 356 DO STF. JUSTIÇA GRATUITA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.**

DECISÃO

ZULMAR JOSÉ ZUCCHI (ZULMAR) ajuizou embargos à execução contra CCB BRASIL – CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL BANCO MÚLTIPLO S/A (CCB BRASIL), que foi julgada parcialmente procedente.

O agravo interno contra decisão do relator que indeferiu o pedido de concessão gratuita da justiça formulado na apelação interposto por ZULMAR não foi provido pelo Tribunal paulista, nos termos da seguinte ementa:

AGRAVO INTERNO - Insurgência contra decisão monocrática que indeferiu pedido de gratuidade da justiça formulado nas razões do recurso - Alegada hipossuficiência financeira não caracterizada - Indeferimento mantido - Recurso desprovido. (e-STJ fls. 845)

Inconformado, ZULMAR interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da CF, alegando violação dos arts. 98, 99, §§ 2º e 3º, do NCPC, ao sustentar que (1) o acórdão recorrido deve ser anulado para seja dada a oportunidade para o ora recorrente demonstrar sua incapacidade financeira com o objetivo de concessão da assistência judiciária gratuita; (2) juntou Certidão Positiva Judicial expedida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Toledo/PR que comprovou que está respondendo há muito mais ações de cobrança e/ou execuções desde a época do ajuizamento dos embargos; (3) tais ações impedem o recorrente de alienar qualquer bem, pois todos constritos, e de obter crédito, não tendo disponibilidade financeira para pagar as custas processuais exigidas para interposição do recurso de apelação; (4) o relatório apresentado do BACENJUD é

Superior Tribunal de Justiça

de dois anos anteriores e demonstra que havia poucos recursos em duas contas, que foram bloqueadas, e as demais estavam com saldos zerados; **(5)** todos os seus recursos estão bloqueados, não podendo pagar as custas da apelação, e **(6)** há divergência jurisprudencial a respeito da necessidade de conceder oportunidade para demonstrar sua incapacidade financeira. Apresentou argumentos com o objetivo de demonstrar sua hipossuficiência financeira.

O apelo nobre não foi admitido em virtude **(i)** da incidência da súmula 7 do STJ, e **(ii)** da não comprovação da divergência jurisprudencial nos termos do art. 1.029, § 1º, do NCPC, com a realização do cotejo analítico.

Nas razões do presente agravo em recurso especial, ZULMAR sustentou que **(a)** não é caso de incidência da referida súmula, e **(b)** demonstrou a divergência jurisprudencial.

Foi apresentada impugnação (e-STJ, fls. 927/937).

É o relatório.

Decido.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

A irresignação não merece prosperar.

(1) Do art. 99, §§ 2º e 3º do NCPC

O conteúdo normativo do art. 99, §§ 2º e 3º do NCPC não foi analisado pelo acórdão recorrido e tampouco foram opostos embargos de declaração, estando ausente o indispensável debate prévio.

Assim, inexistente o prequestionamento, obstaculizada está a via de acesso ao apelo excepcional.

Inafastável assim, por analogia, a incidência das Súmulas nº 282 e 356 do STF: *É inadmissível o recurso extraordinário quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada; O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento.*

Superior Tribunal de Justiça

(2/5) Da concessão da gratuidade da justiça

A jurisprudência desta Corte é firme quanto ao deferimento da assistência judiciária gratuita para a pessoa física ou jurídica, desde que comprovada a impossibilidade de arcar com as despesas do processo sem prejuízo próprio.

No caso dos autos, o TJSP indeferiu o pleito de gratuidade de justiça ao fundamento de que há prova nos autos de que o ora recorrente não faz *jus* à gratuidade da justiça, assim consignando:

A decisão monocrática questionada neste agravo interno (fls. 748/749 do apenso dos embargos à execução) está proferida nos seguintes termos:

*"É pedido de gratuidade da justiça formulado nas razões do recurso, comportando prévio conhecimento e decisão. Dispõe o artigo 98 do Novo Código de Processo Civil que: "a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios, tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei". E reza os parágrafos do art. 99 do mencionado Diploma Processual: "§ 2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta de pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos. § 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural. § 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça". Assim sendo, pela nova sistemática processual, para ser considerado necessitado, é levada em consideração a situação de miserabilidade da parte, uma vez que o intuito da lei é favorecer aos realmente necessitados, na acepção estrita do termo. **No entanto, na hipótese dos autos há comprovação de que o apelante não faz jus à gratuidade da justiça.** Exerce atividade empresarial que é geradora de rendas, não cuidando de apresentar cópia de declaração de renda, de fatura de cartões de crédito, de extrato de contas bancárias a contrapor àquela situação e posição, amparando conclusão de que também tem condições de arcar com custas desta demanda sem prejuízo do sustento próprio e da família. A corroborar capacidade financeira é a pujança dos negócios bancários, pois avalizada operação de sociedade empresária da qual era sócio (contrato de câmbio no valor de US\$ 700.000,00 - R\$ 1.568.000,00), conforme descrição contida na petição da execução de título extrajudicial (fls. 65/70). E é proprietário de vultoso patrimônio, conforme se pode verificar pelo pedido de arresto formulado pelo exequente (fls. 123/138). Desse modo, nenhum elemento há que indique que o apelante não tenha condições, mas sim de arcar com o preparo*

Superior Tribunal de Justiça

recursal (R\$ 58.708,31 em 23/2/2018) sem prejuízo do sustento próprio e familiar. Muito embora o novo regramento previsto nos artigos 98 a 102 do CPC/2015 tenha por objetivo garantir o amplo acesso ao Poder Judiciário, não se justifica o deferimento dos benefícios da gratuidade para pessoas aptas ao custeio das despesas processuais. Enfim, todos os elementos constantes dos autos evidenciam a possibilidade do apelante arcar com taxa judiciária e custas processuais, sem prejuízo do sustento próprio e familiar, razão pela qual se indefere a gratuidade da justiça, e se determina que recolha taxa judiciária e custas deste recurso, no prazo de 5 dias, sob pena de deserção (art. 99, § 7º, do CPC/2015).

Consigne-se, por fim, que poderá o apelante propor novo pedido de gratuidade ou de diferimento no caso de superveniência de despesa processual incompatível com a sua renda, visto que o art. 98, § 50, do NCPC permite a concessão da gratuidade em relação a atos processuais isolados desde que comprovada impossibilidade, evidentemente. Int".

O agravo interno não procede.

A alegação do agravante, de que possui diversas ações o propostas contra ele (cobrança e execução), por si só, não é razão para o deferimento da gratuidade da justiça, tendo em vista que devem ser analisados os demais elementos contidos nos autos que possam evidenciar a ausência de pressupostos para concessão da benesse. O agravante qualificou-se na petição inicial dos embargos à execução como empresário, atividade geradora de rendas. Portanto, para comprovar seu estado de hipossuficiência financeira, deveria ter apresentado nos autos sua declaração de rendimentos e faturas de cartão de crédito a contrapor àquela situação e posição, do que não cuidou, limitando-se a apresentar extratos de conta corrente dos bancos do Brasil e Amazônia (fl. 9). No entanto, deixou de apresentar extratos de outras contas que possui, conforme se pode verificar pelo relatório emitido pelo w Sistema BACENJUD (fls. 40/42 do apenso dos embargos de declaração). Além disso, efetuou recolhimento das custas iniciais dos embargos à execução e avalizou operação de crédito da sociedade empresária da qual era sócio (contrato de câmbio no valor de US\$ 700.000,00 - R\$ 1.568.000,00), conforme descrição contida na petição da execução de título extrajudicial (fls. 65/70 do apenso dos embargos à execução). Também possui vultoso patrimônio, conforme se pode verificar pelo pedido de arresto formulado pelo ora agravado (fls. 123/138 do apenso dos embargos à execução).

A despeito dos argumentos do agravante, não se verifica fato ou fundamento sólido e suficiente para a alteração do decidido.

Embora haja interesse público em conceder o benefício a quem dele necessite, a fim de garantir o acesso de todos à Justiça, há também o o interesse público em não admitir que quem não seja

Superior Tribunal de Justiça

pobre ou não prove incapacidade financeira se utilize indevidamente do privilégio. (e-STJ fls. 846/847 – sem destaque no original)

Desse modo, a revisão da conclusão a que chegou a Corte paulista, demanda a reavaliação de fatos e provas constantes dos autos, o que é vedado no âmbito do recurso especial, nos termos da mencionada Súmula 7, desta Corte, segundo a qual: *A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.*

Nesse sentido, vejam-se os precedentes:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS. CONCESSÃO SEM EFEITOS RETROATIVOS. PRESCRIÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE E ERRO MATERIAL NÃO VERIFICADOS.

1. A declaração de pobreza que tenha por finalidade o benefício da assistência judiciária gratuita pode ser requerida a qualquer tempo, sem, no entanto, operar efeito retroativo.

2. Nos termos do art. 99, § 3º, do CPC/2015, não havendo indícios de ausência dos pressupostos legais para a concessão da gratuidade, presume-se verdadeira a alegação de hipossuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

(...)

4. Embargos de declaração parcialmente acolhidos para deferir a gratuidade de justiça requerida, sem efeitos retroativos.

(EDcl no AgInt no AREsp 1305066/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. em 20/05/2019, DJe 23/05/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. JUSTIÇA GRATUITA. INDEFERIMENTO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. "O benefício da assistência judiciária gratuita pode ser pleiteado a qualquer tempo, sendo suficiente que a pessoa física declare não ter condições de arcar com as despesas processuais.

Entretanto, tal presunção é relativa (art. 99, § 3º, do CPC/2015), podendo a parte contrária demonstrar a inexistência do alegado estado de hipossuficiência ou o julgador indeferir o pedido se encontrar elementos que coloquem em dúvida a condição financeira do peticionário" (AgInt no AREsp 1311620/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/12/2018, DJe 14/12/2018).

Superior Tribunal de Justiça

2. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

3. No caso concreto, o Tribunal de origem concluiu haver nos autos evidência de que a agravante possui condições de arcar com as despesas do processo, não se tendo provado o contrário. Alterar esse entendimento demandaria reexame das provas produzidas nos autos, vedado em recurso especial.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1387536/MS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, j. em 08/04/2019, DJe 16/04/2019 – sem destaque no original)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. GRATUIDADE DE JUSTIÇA NÃO COMPROVADA. AUSÊNCIA DE REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA NÃO COMPROVADA.

1. O STJ possui o entendimento de que "o benefício da justiça gratuita pode ser pleiteado a qualquer tempo, bastando, para obtenção do benefício, a simples afirmação do requerente de que não está em condições de arcar com as custas do processo e com os honorários advocatícios. Sendo assim, a afirmação de hipossuficiência possui presunção iuris tantum, contudo pode o magistrado indeferir a assistência judiciária se não encontrar fundamentos que confirmem o estado de hipossuficiência do requerente" (REsp 1.196.896/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 4.10.2010).

2. Na hipótese dos autos, para afastar a conclusão de que o ora recorrente não conseguiu comprovar sua condição de hipossuficiência econômica, seria necessário reexaminar os documentos constantes dos autos, o que é inviável na via especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

3. Consigne-se, em obter dictum, que, se futuramente ficar demonstrado nos autos principais que o recorrente não tem condições de arcar com as despesas, ele poderá refazer o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 99 do CPC.

4. A apontada divergência deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles. Indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente, o que não ocorreu.

5. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1784623/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, j. em 26/02/2019, DJe 11/03/2019)

Superior Tribunal de Justiça

(6) Da divergência jurisprudencial

O óbice da ausência de prequestionamento impede a análise da divergência pretoriana, porquanto inviável a comprovação da similitude das circunstâncias fáticas e do direito aplicado, na esteira dos precedentes desta Casa (AgInt no **AREsp 978.289/SP**, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe 13/02/2017; AgRg no **REsp n. 1438019/RS**, Rel. Ministra Nancy Andrigli, Terceira Turma, DJe 8/9/2014; **REsp 1505260/RS**, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Rel. p/ Acórdão Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 19/05/2016).

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator